
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA
LEI Nº 396, DE 13 DE AGÔSTO DE 1951

Autoriza a doação de um terreno à Caixa Econômica Federal no Pará, estabelece condições.

A Assembléia legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica o Govêrno do Estado autorizado a fazer doação à Caixa Econômica Federal no Pará do terreno outrora ocupado pela Hospedaria dos Imigrantes, situado a Rua da Municipalidade, nesta capital, com as características constantes dos respectivos títulos de propriedade, para construção de casas populares, a serem negociadas de acordo com as seguintes condições:

a) as casas populares serão negociadas com 100% de investimento, a juros de 8% ao ano, pelo prazo de 15 anos, mediante amortização mensal pela Tabela Price;

b) sendo a inscrição aberta para os mesmos, primeiramente e depois para estranhos Os funcionários públicos estaduais e municipais terão primazia, se houver sobra de imóveis a negociar;

c) Entre os funcionários haverá a classificação preferencial, dentro das seguintes bases:

1º.- Funcionários casados ou viúvos, com mais de cinco filhos.

2º.- Funcionários casados ou viúvos com menos de cinco filhos.

3º.- Funcionários viúvos ou solteiros, sem filhos, arrimo de família.

4º.- Funcionários solteiros.

§ 1º. Os funcionários públicos, proprietários de imóveis residenciais, não serão inscritos preferencialmente.

§ 2º. A mesma classificação a que se referem as alíneas a), b) e c) serão obedecida para pessoas outras, na hipótese de excesso de imóveis negociáveis.

§ 3º. As amortizações, pela Tabela Price, a que estejam obrigados os funcionários públicos serão garantidas pelas consignações em folhas de pagamento.

§ 4º. Verificado atraso do mutuário, se responsável direto pelo pagamento, ou do Govêrno no recolhimento das consignações pelo prazo

mínimo de 3 meses, é estabelecida a multa de 5º cobrável, respectivamente, do primeiro ou do segundo, conforme o caso.

Art.2º. O Govêrno do Estado mandará lavrar pela Procuradoria Fiscal um contrato em que fiquem estabelecidas todas as cláusulas e condioes decorrentes da presente lei, sem prejuízo da escritura pública definitiva, em que constarão, também, os direitos e deveres da Caixa Econmica Federal do Pará.

Art.3º. A Caixa Econmica Federal do Pará, deverá submeter  aprovao do departamento de Obras, Terras e Viao do Estado, a planta e o orçamento especificado, e ao departamento de Saúde do Estado, a planta das casas populares que pretende edificar, devendo esses Departamentos, sob pena de responsabilidade dos respectivos diretores, exigir que sejam feitas todas as condioes econmicas, técnicas, urbanísticas e sanitárias, nas referidas construçoes.

Art.5º. A Caixa Econmica Federal do Pará, deverá submeter  aprovao do Departamento de Obras, Terras e Viao do Estado, a planta e o orçamento especificado, e ao Departamento de Saúde do Estado a planta das casas que pretende edificar, devendo esses Departamentos, sob pena de responsabilidade dos respectivos diretores, exigir que sejam satisfeitas todas as condioes econmicas, técnicas, urbanísticas e sanitárias, nas referidas construçoes.

Art. 4º. Será concedida iseno de imposto de transmissão de propriedade inter-vivos aos funcionários públicos que adquirirem casas populares  Caixa Econmica, em conseqüência da presente lei.

Art.5º. Fica estabelecido o prazo de 120 dias, a contar da reabertura da carteira de empréstimo hipotecário, se esta for ulterior  da assinatura da escritura de transferencia do terreno, e a partir desta em caso contrário para inicio das construçoes, sob pena de ficar sem nenhum efeito a doao.

Art.6º. Para os efeitos desta lei a Caixa Econmica deverá organizar plantas de três tipos de casa, até os limites máximos de Cr\$ 50.000,00, 80.000,00 e 150.000,00, respectivamente.

Art.7º. A Caixa Econmica deverá publicar editais, pelo prazo de 15 dias, comunicando ao funcionalismo público que vai dar inicio as inscrioes para o financiamento e convidando os interessados a se habilitarem na forma da lei.

Art.8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposioes em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim a faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 23 de agôsto de 1951.

General A. ZACARIAS DE ASSUMPCÃO
Governo do Estado
J.J. da Costa Botelho
Secretário Geral

Publicada no Diário Oficial de 30/08/1951

TEXTO IDÊNTICO AO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA



ESTADO DO PARÁ